



ATA DA 12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PDDU), REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS) NO DIA 21 DE MARÇO DE 2016.

Compareceram os Senhores vereadores ALBERTO BRAGA, ARNANDO LESSA, EVERALDO AUGUSTO, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, KÁTIA ALVES, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS SUÍCA, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PEDRINHO PEPÊ e SÍLVIO HUMBERTO. Às 8h45, o cerimonialista dirigiu-se aos presentes no auditório do Centro de Cultura da CMS para anunciar o início da décima segunda audiência pública para discutir o Projeto de Lei n. 396/15, que cria o novo PDDU, com o tema “Educação”. Em seguida, convidou para compor a Mesa os senhores: vereador Paulo Câmara, presidente da CMS; vereador Arnando Lessa, presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; vereador Léo Prates, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final (CCJ); vereador Sílvio Humberto, presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Marília Castilho, subsecretária municipal de Educação em exercício e diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças; e Joelize Braga, diretora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMED). Com a palavra, o senhor presidente saudou a todos os integrantes da Mesa, cumprimentou os servidores da Casa e informou existir um consenso de que as emendas dos vereadores sejam apreciadas antes de irem a Plenário, mesmo sendo um direito apresentá-las até última discussão. Lembrou que as sugestões de mudança do calendário das audiências foram acatadas e que elas ocorrerão uma vez por semana, e divulgou que estudam a possibilidade de mudança da data do relatório para o final de maio. O edil Léo Prates considerou que o processo de participação popular em curso com o atual Projeto condicionava os próximos PDDUs ao o mesmo tratamento, e repetiu, aos debatedores, as indagações feitas em outras audiências: se, no Projeto, existia pertinência no conteúdo mínimo, no caso, referente ao Capítulo sobre a Educação, quanto aos ditames do Estatuto da Cidade e das leis vigentes no País; e se existia uma visão de futuro sobre o tema das classes hospitalares. O edil Arnando Lessa registrou documento entregue em audiência no Ministério Público (MP) sobre os 21 pontos negativos do Plano. Disse não acreditar na visão de, quanto pior, melhor para a Cidade, e observou a importância de se incluírem propostas efetivas, com a possibilidade de emendas populares, para aprimorar o Projeto. Concluiu dizendo estarem confirmadas três oficinas: na Universidade Federal da Bahia (UFBA); na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA); e na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia

(Fecomércio-BA). O vereador Sílvio Humberto criticou que a CMS ainda não tivesse encontrado a fórmula de participação popular, já que, apesar da relevância do tema para a Cidade, o auditório não estava cheio. Considerou que a revisão do PDDU com os mesmos pressupostos fazia supor que, para o Executivo municipal, os problemas de 2008 são iguais aos atuais, e opinou que a tentativa de uma visão de futuro para a educação não passava de uma mera carta de intenções, afirmando que o Plano não discute estratégias de como formalizar o conhecimento como um valor também econômico para toda a sociedade. Por fim, disse aguardar as contribuições das técnicas da Prefeitura. A senhora Marília Castilho disse que podia realizar esclarecimentos sobre matérias relacionadas à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, explicando que estava substituindo a subsecretária Teresa Pontual por motivo de licença médica. A senhora Joelice Braga destacou o relacionamento profícuo com a CMS, principalmente, com o presidente da Comissão de Educação, resultando em aconselhamentos para as políticas da SMED, e considerou que o debate na audiência podia ser qualitativo e não só, quantitativo. Respondeu ao vereador Léo Prates que o Projeto atende na proporcionalidade dos limites referente às discussões internas da Prefeitura, e que cabia ao Legislativo, junto com a participação popular, a melhoria do Plano. Ponderou que uma das principais diretrizes da SMED será o Plano Municipal de Educação (PME), cujo Projeto já foi encaminhado a CMS, para resguardar a participação popular e o controle social, contando com o apoio da Comissão de Educação na construção de ampla discussão em audiências públicas. Esclareceu que a obrigação municipal, segundo a Constituição Federal, é a etapa da Educação básica – Educação infantil até o Ensino fundamental –, mas que, mesmo assim, a gestão entendia a importância de a rede disponibilizar, também, o segmento pré-escolar, com qualidade na oferta. Disse que Salvador apresentava 20 mil vagas e que, até o final de 2016, serão disponibilizadas 40 mil, com a entrega de trinta novos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), e opinou que a permanência e o sucesso dos alunos com o educador dentro da sala de aula dependem do entendimento e da concepção de todos como cidadãos responsáveis pela melhoria da educação. Sobre as classes hospitalares, disse que, para atender à legislação vigente, que garante o direito de escolarização e continuidade dos estudos às crianças hospitalizadas e em internação domiciliar, a SMED tem o projeto Classe Hospitalar e Domiciliar, que cumpre essa finalidade há mais de quinze anos. Citou o art. 105 do Projeto, sobre as diretrizes para a educação de universalização, qualidade da educação infantil, garantia de igualdade de condições para acesso e permanência do aluno na escola, e inclusão de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, não necessitando, em sua opinião, de um maior detalhamento sobre as Classes Hospitalar e Domiciliar, já que a SMED tem a missão de

universalizar o direito à educação pública e reintegrar o aluno à escola após alta médica e, àqueles que nunca estudaram, realizar encaminhamento para matrícula. Esclareceu o fato de a infraestrutura das escolas municipais se relacionar com outros setores da Prefeitura, e discorreu sobre a inserção de temas transversais importantes para a vida escolar, exemplificando o trabalho da defesa civil no combate ao lixo nas encostas. A respeito da revisão nos currículos escolares, revelou a contribuição da professora Ivete Sacramento para obter conhecimento do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e das relações étnico-raciais, e de disciplinas sobre História da Bahia e da Cidade do Salvador. Relatou o estímulo criado à formação continuada de profissionais de educação, bem como o fomento à participação da família na Gestão do Sistema Municipal de Educação, assegurada pela presença na composição dos Conselhos Municipais de Educação, de Alimentação Escolar, de Gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); nos sistemas de gestão compartilhada, por meio dos Conselhos Escolares em cada estabelecimento de ensino; e na realização das Conferências Municipais de Educação. Apontou como meta o estabelecimento de parcerias com o Governo estadual, para tornar automática a matrícula, dos alunos da rede municipal aprovados na última série do ensino fundamental, nas escolas da rede estadual mais próximas do local de residência dos alunos; com a iniciativa privada, entidades educacionais de nível superior e organizações não-governamentais, para auxiliar o funcionamento da escola, com assistência especializada na área educacional; e faculdades de educação, para promoção e implementação dos programas de alfabetização e de complementação dos estudos do servidor municipal, este último voltado para a conclusão do ensino fundamental. Para finalizar, destacou o material didático “Nossa Rede”, elaborado por dois mil professores da rede municipal de ensino, que incentiva o processo de aprendizagem e o uso de expressões ligadas à identidade cultural local, sendo referência para outras cidades. Assumiu a Presidência o vereador Arnando Lessa. A senhora Marília Castilho elogiou a exposição da senhora Joelice Braga e o complementou, referindo-se ao inciso que trata do Orçamento, dizendo que os recursos para 2016 voltados à educação estavam assegurados. Historiou os investimentos crescentes proporcionados pela atual Administração municipal desde 2014, vislumbrando, para 2016, percentual inédito de 27%. Destacou o papel da Diretoria Pedagógica da SMED, a figura da diretora Joelice Braga, e o esforço de todos que converge para o pleno funcionamento desse setor, e concluiu registrando a conquista do Plano de Carreira dos servidores municipais, afirmando que ele trouxe muitos benefícios à rede, garantindo grandes conquistas. O senhor presidente agradeceu às oradoras e franqueou a palavra aos cidadãos inscritos. O senhor Delsique Machado, professor, criticou o atraso da estrutura das escolas municipais, que são da década

de 70, afirmando que elas não atendem às atuais necessidades dos estudantes. Reclamou do uso de discursos falaciosos sobre a educação em tempo integral, sem apoio de uma estrutura apropriada, e ressaltou a importância da educação continuada para os educadores. Disse que as novas escolas, construídas pela atual gestão, não possuem medidas apropriadas para a prática de esportes, e concordou com relação à aproximação com os Conselhos, especialmente o de Alimentação, mencionando que os refeitórios também não são adequados. Concluiu dizendo não entender que escolas estaduais estivessem sendo fechadas por falta de demanda. O senhor Henrique Barreiros exaltou a discussão da matéria no PDDU, mas criticou a falta de indicadores relacionados à Educação Física, vez que o Município – e também o Estado –, apresentam deficiência para a prática da disciplina. Considerou fundamental prover, além das escolas, as praças da Cidade com infraestrutura e recursos humanos para a promoção de exercícios, ressaltando o acompanhamento, desde a sua consecução, do professor de Educação Física. Observou que a prática de esporte é fundamental, inclusive na prevenção do uso das drogas, considerando a ocupação dos espaços da Cidade uma ação eficaz nesse combate, e sugeriu a diversificação de método no ensino de língua estrangeira, especialmente no que tange à parte lúdica, lembrando que se colocou à disposição do Executivo municipal pra colaborar nesse sentido. O senhor José Luiz descreveu a precariedade da educação que teve, mas observou a dedicação dos profissionais, despertando nos alunos o prazer de estudar. Lamentou que isso tivesse se perdido ao longo dos anos, considerando que, hoje, as condições de ensino deixam a desejar, com evidente redução do conhecimento, afirmando que a maioria dos educandos das escolas públicas não domina especialmente a língua portuguesa e a matemática, e o resultado se traduz no despreparo em concorrer aos mais simples vestibulares. Por fim, criticou os componentes da Mesa, por, segundo ele, não abordarem esses problemas. A senhora Cláudia Correia, assistente social e servidora da CMS, indagou à Mesa dúvidas havidas na Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social, sobre quando e como as campanhas que visam intervenção nos temas relacionados a saúde na educação deixariam de ser algo momentâneo, passando a ter um papel mais relevante nas políticas públicas da SMED, citando a previsão legal do inciso VIII do art. 2º do PME; como a SMED entendia o papel dos serviços apresentados de assistência social e de psicologia em Salvador; como estava prevista a inclusão sócio digital no Projeto, como ferramenta na obtenção de conhecimento em novas tecnologias; e, por fim, sobre os temas transversais em educação, se existia a previsão, no Projeto, de assuntos como educação ambiental, patrimonial, trânsito, gênero e raça, sem que fosse de forma genérica. A senhora Marília Castilho respondeu que as estruturas das escolas que estavam comprometidas foram demolidas, considerando isso exemplo de que a rede se encontrava sucateada, e que a

Prefeitura já investiu em torno de 130 milhões para manutenção, reforma e construção de estruturas escolares, sendo que os novos projetos contemplam espaço físico apropriado para a prática de educação física. Relatou sobre a dificuldade encontrada pela SMED na aquisição de novos espaços apropriados para a construção de escolas e, a respeito da disponibilização de professores para o espaço público, informou que tal condição dependia de ajustes à legislação vigente sobre o cumprimento da carga horária e da matriz curricular. Respondendo aos oradores que se pronunciaram, a senhora Joelize Braga disse que as unidades de ensino cresceram sem um planejamento adequado, muitas, em antigas residências. Ponderou que a transferência dos educandos desses locais deve ser muito cuidadosa, haja vista, além de fatores como a relação comunitária dessas crianças, o cumprimento dos duzentos dias letivos preconizados na legislação educacional. Disse ainda que, a despeito disso, mais de cem escolas foram reformadas e até reconstruídas na atual gestão, equipando-as com infraestrutura adequada. Quanto à questão da Educação Física, disse ser pertinente a ausculta do educador, citando as Comissões já em curso na SMED com esse propósito, abertas à participação dos profissionais da área. Concordou quanto a ser fundamental “ampliar o olhar” na ausculta e valorização dos principais atores da escola, além dos trabalhadores auxiliares, muito importantes no apoio aos professores e gestores. Disse também ser fundamental o investimento na formação continuada do educador; falou da realização de parceria com os clubes locais; e citou vários avanços após sucessivas audiências e reuniões sobre educação. Referindo-se à inserção da Psicologia e Serviço Social na educação municipal, considerou-a pertinente, mas observou a dificuldade de implementação devido às regras dos próprios Conselhos de Classe, especialmente o de Psicologia, informando, porém, que já estavam viabilizando implementar o Serviço Social ainda este ano. Quanto à inclusão sócio-digital, registrou a ação positiva, em curso, do laboratório móvel, observando tratar-se de um processo em contínuo aprimoramento, ponderando que, com a participação da sociedade, tende a aprimorar-se continuamente. O vereador Sílvio Humberto questionou em qual lugar queremos chegar. Contou que, como presidente da Comissão de Educação, em visita técnica a escola municipal no Vale das Pedrinhas, ouviu uma criança perguntar por que a escola de tempo integral parecia uma prisão e por que a comida da escola não era gostosa. Observou que, na rede privada, a regra é que os estudantes alcancem o nível superior, enquanto que, na rede pública, ainda existe o paradigma de isso ser uma exceção. Descreveu como perda de tempo do poder público municipal as discussões sobre o sistema *Alfa e Beto*, adotado, anteriormente, pela Prefeitura, e condenou a utilização de contêineres como sala de aula, afirmando que a “educação pública de qualidade não combina com a primeira infância depositada em contêineres”. O vereador Hilton Coelho referiu-se à participação incipiente da

população na audiência, ao contrário do que ocorria com as convocações da Comissão de Educação da Casa. Criticou a Prefeitura pela improvisação de sala de aula em contêineres insalubres, situação que só foi minimizada com a atuação da comunidade e da referida Comissão. Citou a tentativa de implantação do *Alfa e Beto*, caracterizando o programa como racista e tecnicista, e “barrado por ação da categoria”. Disse agora se deparar com mais um capítulo do PDDU sem envolver a sociedade nem, no caso, a Comissão de Educação, considerando a proposta similar às versões constantes em Planos anteriores, com incontestável defasagem. Por fim, ressaltou a importância do debate sobre as metas e propôs a retirada do texto oriundo do Executivo, e a elaboração de um substitutivo com a participação da sociedade, especialmente os profissionais envolvidos com a educação municipal. O vereador Léo Prates disse que vem pedindo o afastamento da discussão política, que a última audiência no MP também foi vazia e que se sentia na obrigação de responder a tudo que fora falado. Disse não ter conhecimento de que o orador era educador e pediu ao presidente da Comissão de Educação acesso a todas as atas e posições da referida Comissão, lembrando que o Projeto do PME estava tramitando e passará por ela. Opinou que a greve da Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB) foi política, disse que estão investindo acima de 26% no setor e que doze creches estão sendo construídas com recursos próprios, já que o programa Brasil Carinhoso é um fiasco. Explicou que os contêineres foram uma ação imediata, pois durante muitos anos não houve reparos nas escolas, sendo a gestão da ex-prefeita Lídice da Mata um dos responsáveis por isso, e defendeu a manutenção da discussão em torno do PDDU, afirmando que, persistindo o debate político, isso afastaria ainda mais as pessoas. A senhora Jamile Duarte, estagiária da CMS e estudante de Direito, falou sobre a segurança alimentar, lembrando que muitas crianças têm restrições alimentares devido a diabetes ou alergias, e dizendo que não viu algo que atendesse a essa situação no Projeto, razão pela qual questionou como a Secretaria trataria da questão. O senhor Joaquim Laranjeira exibiu imagens sobre a falta de acessibilidade na escola em que seu filho, que utiliza cadeira de rodas, estuda, e contou que, no sanitário, ele não tinha direito de lavar as mãos. Lamentou que não se falasse sobre acessibilidade e desejou relatório da Comissão de Educação sobre o assunto. Contou também que ajudou seu filho a subir as escadas da escola durante o primeiro semestre, mas que exigiu que a situação do acesso fosse resolvida para o segundo, o que só foi feito após ele e o filho ficarem por dias em frente à escola e o fato ser noticiado pela imprensa, tendo a rampa sido construída desatendendo às normas técnicas e sido refeita depois. Quanto à situação do acesso no sanitário, contou que seu filho tinha que sair da escola e ir até o Banco do Brasil para utilizar um que fosse acessível. Disse que seu filho, à época com onze anos, ficou 21 dias sem entrar na escola, quando, então, foi chamado

pelo MP para relatar sobre os problemas da unidade. Lembrou que, entre outros problemas, ele contou que não havia aula quando chovia, e que só depois disso a situação do sanitário foi resolvida e uma manta foi instalada para impedir que a água da chuva molhasse tudo. Disse continuar sua luta pela acessibilidade e não se sentir contemplado com a defensoria pública, o MP ou os edis. Disse ainda ter se tornado um ativista e ter estudado muito para adquirir conhecimento sobre o assunto, ao ponto de quase ficar cego. Indagou se a Comissão de Educação não teria um relatório sobre a acessibilidade nas escolas municipais e ressaltou que o problema do acesso não está só na escola, mas nas calçadas e nos transportes, e defendeu a correção disso tudo. O senhor Luan explicou ser jogador das divisões de base do Esporte Clube Vitória e ter, como referência em sua formação como atleta, o campo de futebol de Periperi. Disse ter visto muitos jovens capazes se perderem nas drogas e destacou a importância do equipamento esportivo para evitar esse problema. A senhora Joselita Nascimento também destacou a importância do campo de Periperi, contando que seus filhos e netos o utilizam e pedindo que ele não fosse perdido. Observou ser um momento em que pais enterram filhos e lamentou a falta de união e paz no Subúrbio, considerando que só um vereador do bairro poderia compreender essa situação. Lamentou também a existência de vala aberta no local em que reside, que é um sério foco de dengue, e concluiu pedindo ação urgente sobre o campo de futebol. O senhor Adalberto Souza disse ter tomado conhecimento de que a SMED estaria buscando espaços para práticas esportivas fora da escola e indagou como deixariam perder a Arena de Periperi. Comentou sobre a fala do senhor Luan e pediu sensibilidade ao que ele havia dito, além de políticas públicas para o local. O senhor Cristinaldo expôs as más condições da escola Jaime Vieira Lima, em Jardim Cajazeiras, onde ele estudou. Disse que a estrutura do lugar é precária e o espaço, reduzido, e comparou-o a um curral. Convidou a Comissão de Educação para visitar a escola, contando que o prefeito já a visitou, mas nada foi feito sob a alegação de o espaço ser limitado e não permitir expansão. Concluiu pedindo um olhar para a educação independente de fatores partidários e de outras naturezas. O senhor Delsique Machado observou que as falas sobre a educação restringiam-se a aspectos estruturais e colocou-se à disposição da Comissão mencionada pela diretora Joelice Braga. O senhor Henrique Barreiros comentou sobre a necessidade de ar-condicionado nas escolas, afirmando que isso se devia a uma deficiência de arquitetura, pois Salvador tem média de umidade relativa do ar de 90%. Disse que o PDDU propõe uma barreira física vertical na orla atlântica, onde incidem os ventos alísios, e mencionou o Título IV do Projeto, que trata do conforto ambiental, dizendo que ele propõe adensamento, proximidade entre prédios, para sombreamento entre eles, verticalização e redução da faixa da borda marítima, sobre o que explicou. Disse que o PDDU é a única lei municipal capaz de integrar todas as

políticas setoriais com diretrizes, que têm de ter certa especificidade. Criticou fala de um debatedor que disse que Salvador é uma cidade de serviços, não cabendo olhar para o turismo; mencionou fala de Zulu Araújo, da Fundação Pedro Calmon, sobre o patrimônio cultural de Salvador ser imaterial; e afirmou que a matriz econômica é que vai direcionar a educacional. Disse que a educação em tempo integral pensada por Anísio Teixeira não pressupunha somente sala de aula e foi no sentido de identificar vocações alternativas, pois nem todos estão fadados às letras ou à ciência. Disse que o conceito de educação física tem mudado e que ela pode ser começada em sala de aula. Perguntou ao edil Léo Prates qual era a política para aumentar o número de creches, pois não tinha ouvido falar sobre elas e nem nas demandas por bairros, ressaltando a importância do planejamento estratégico, inclusive sobre as quantidades, para o controle social. O vereador Léo Prates disse que as convidadas falaram sim sobre creches. O senhor José Luiz disse que sua oratória e a dialética vieram da África, e que é um sofista, e criticou que seu discurso tivesse sido reduzido a trinta segundos de resposta. Disse ainda ter ensinado por quinze anos e lembrou que a prova do IFBA tem nota. Afirmou que política é coisa séria, indagou o que o movimento com milhões de pessoas nas ruas resolvia e destacou que as decisões saem é das Casas Legislativas. Disse que não se usa mais gerúndio, que formou um monte de criança, tendo recebido processo por isso, e que colocou duas escolas particulares na Justiça. Considerou estarem faltando com respeito com o senhor Atalito Batista e pediu cuidado com o que se fala com as pessoas, afirmando haver uma defesa corporativista dos edis. Afirmou ainda que educação é coisa séria e, comentando sobre o Alfa e Beto, disse que pior foi um plano trazido de Israel. O vereador Sílvio Humberto observou que a discussão versava sobre a adoção de políticas, o que pressupunha escolhas a serem feitas num cenário sem unicidade de visão. Observou ainda que o PDDU previa qualificação para diretores de escolas e questionou por que não havia o mesmo para os técnicos dessas instituições, afirmando serem pessoas que aspiram a mestrado e doutorado, e dizendo que proporia emenda a respeito. A senhora Joelice Braga, respondendo à senhora Jamile Duarte, disse que já estava sendo tratada a questão da alimentação dos alunos, inclusive com a inserção de perguntas a esse respeito na ficha do aluno, em antecipação à iniciativa das famílias. Respondendo ao senhor Joaquim Laranjeira, disse conhecê-lo e admirar sua luta, e defendeu a acessibilidade não apenas com relação a espaços físicos, mas abrangendo também o currículo e as condições de trabalho, dando o exemplo dos intérpretes de Linguagem Brasileira de Sinais (Libra), cujo número seria aumentado. Considerou a falta de acessibilidade física a mais difícil, sobretudo nos imóveis antigos, originalmente não-destinados à finalidade escolar, e com barreiras arquitetônicas. Respondendo aos que se pronunciaram sobre o esporte, disse que trabalha a respeito em articulação com a Secretaria

Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (Semps), que é competente para esse segmento, e que acreditava que a CMS fazia o mesmo. Ao senhor Cristinaldo, disse que a escola sobre a qual ele falara seria requalificada, por intermédio da Prefeitura-Bairro competente. Ao senhor Henrique Barreiros, afirmou que a instalação de aparelhos de ar-condicionado era necessária, embora fosse preferível não precisar deles, contando com a ventilação natural, que já é objeto de trabalho da Secretaria nas novas unidades. Prosseguiu dizendo que estava sendo pensado o modelo da educação integral, bem como a educação física voltada à saúde, mais que ao atendimento a uma exigência curricular. Explicou que os CMEIs ofereciam creche e pré-escola, e que havia atenção à demanda, com base em lista de espera, o que era observado também pelo MP. Contou que os novos CMEIs seriam construídos em terrenos tidos como inservíveis, a partir de projetos adaptados a esses lugares. Elogiou a visão do vereador Sílvio Humberto e a perspectiva de diálogo entre setores em nome de uma visão estratégica, e disse ao edil que a formação continuada não seria apenas para diretores, mas também para secretários escolares, cuja atuação destacou. Concluiu dizendo que o novo PDDU ficaria muito melhor com a colaboração da sociedade. A senhora Marília Castilho afirmou seu compromisso com as questões discutidas, destacando que o Projeto do PDDU estava sujeito a alterações. Também elogiou a fala do vereador Sílvio Humberto e colocou-se à disposição para tratar dos temas debatidos. O vereador Hilton Coelho reiterou seu pedido de que o Plano da Educação fosse devolvido ao Executivo. O senhor presidente informou que em abril iniciarão as oficinas extra-CMS: 9 de abril no Subúrbio Ferroviário, e 16 de abril em Cajazeiras. Lembrou que o vereador Everaldo Augusto sugeriu que dia 4 de abril fosse realizada uma oficina em Brotas, no Solar Boa Vista às 18h, e que ainda haveria audiências na Universidade e na ALBA a terem as datas definidas. Diante de questionamento sobre encontro na Associação Comercial, respondeu que isso dependia de seus representantes marcarem, e comentou sobre o campo de Periperi, dizendo que a luta encampada por esse espaço não invalidava a luta por mais espaços escolares. Contou ter sido aluno de uma Escola-Parque e que, como tal, podia dar testemunho do que é uma escola de inclusão, afirmando que Anísio Teixeira foi não só um grande pensador, como, executor. Agradeceu a todos os presentes, incluindo servidores, que somam ao êxito dos trabalhos, e afirmou que o sonho é ter o melhor PDDU possível, registrando terem recebido o documento sobre “os 21 pecados do PDDU”. Pela ordem, o senhor José Luiz pediu que fosse convidado para a reunião. O senhor Henrique Barreiros disse que era só enviar um ofício ao presidente da Associação Comercial para marcar o encontro e comentou sobre o Conselho Municipal estar dividido entre duas associações ligadas à construção civil. O senhor presidente avaliou que eles deveriam marcar, já que sugeriram, tendo o senhor Henrique Barreiros dito que eles

tinham interesse porque o PDDU tem a ver com construção civil, ao que o senhor presidente respondeu que PDDU não é só construção civil e que os interesses das entidades eram legítimos. O vereador Sílvio Humberto falou que na gestão da ex-prefeita Lídice da Mata não teve contêiner e registrou o Dia Internacional de Luta contra o Racismo. O senhor presidente lembrou que foi líder do Governo de Lídice e podia testemunhar que a secretária Bete Wagner fez um grande trabalho. Pela ordem, um cidadão questionou se as oficinas ocorreriam apenas nos três bairros mencionados, tendo o senhor presidente respondido que, por enquanto, sim. Foi lida a súmula da Ata da audiência pública anterior, realizada em 15 de março de 2016. Não havendo retificações a serem feitas, o senhor presidente parabenizou o coordenador José Ribeiro e o diretor-geral da TV Câmara, Osvaldo Lyra, pelos aniversários. Em seguida, agradeceu a todos os presentes e informou que a próxima audiência seria realizada no dia 28 de março. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, e nós Cyro Serpa, Fernanda Fontainha, Sidelmar Castro e Vitor Nascimento, que secretariamos, lavramos esta Ata, que será assinada pelo presidente da Casa e pelos presidentes da CCJ; Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização; Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; e Comissão Especial do PDDU.

ATA SUJEITA A REVISÃO.

Presidente da Câmara Municipal de Salvador

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Presidente da Comissão Especial do PDDU